



PLENARIA DE TARRAFAL DE SANTIAGO

Declaração de Tarrafal

Com o objectivo de prevenir e reduzir o uso abusivo de bebidas alcoólicas em Cabo Verde, a Plenária de Santiago Norte, realizada no Município do Tarrafal declara no seguinte:

O consumo abusivo do álcool é um problema social transversal às categorias sociais que afeta, por esta razão, toda a sociedade comprometendo o equilíbrio da família e a estabilidade social pelo que importa encetar medidas que, uma vez executadas, contribuem para a redução do consumo de bebidas alcoólicas.

Assim sendo, a Plenária declara que para que o País ganhe mais esta batalha de desenvolvimento deve apostar seriamente na redução do consumo abusivo do álcool adotando as seguintes medidas:

- Rever a legislação sobre condução sob o efeito de bebidas alcoólicas (diminuir a Taxa Máxima de Alcoolemia no Sangue dos atuais 0,08 para 0,05 g/dl para condutores, 0,02 g/dl para jovens e 0,00 para motoristas de transportes públicos e pesados;
- Reforçar os mecanismos de fiscalização da lei sobre a venda de bebidas alcoólicas nos arredores das escolas e a menores de 18 anos;
- Alterar a legislação para excluir a venda de bebidas alcoólicas em locais públicos, perto de locais de culto e de postos de gasolina;
- Reforçar a fiscalização e/ou rever a lei sobre publicidade de bebidas alcoólicas (publicidade nos órgãos de comunicação social, nos painéis públicos, eventos festivos públicos, etc.);
- Legislar impondo que todas as bebidas alcoólicas, nacionais e importadas, tenham uma informação sobre o seu teor de álcool;
- Alterar a legislação de modo a proibir o uso da “recalda” na produção de aguardente, bem como a introduzir um limite de volume de garrafa a ser utilizado na comercialização de aguardente (impedindo assim a comercialização da “garrafinha”);
- Alterar a legislação de modo a regular a produção caseira de bebidas alcoólicas;
- Rever a legislação que limita o horário de funcionamento de estabelecimentos e postos de venda de bebidas alcoólicas, clubes noturnos e festivais e criar mecanismos de fiscalização;
- Desenvolver capacidades locais (recursos humanos e materiais) para fiscalização efetiva da produção e venda de bebidas alcoólicas, nacionais e importadas (através, por exemplo, da constituição de equipas multidisciplinares entre o IGAE, Municípios, Polícia Nacional, etc.);
- Reforçar a capacidade (recursos humanos e materiais) das equipas de trânsito para fiscalização da segurança rodoviária e da condução sob o efeito de bebidas alcoólicas, com



ênfase nos pontos críticos e nos momentos de alto risco (ex. fins-de-semana, festivais, festas populares, etc.);

- Rever o código laboral para melhor integração de medidas preventivas e interventivas sobre o consumo abusivo de bebidas alcoólicas no contexto laboral;
- As Câmaras Municipais devem limitar e controlar o licenciamento de espaços de produção e comercialização de bebidas alcoólicas;
- As Câmaras Municipais devem reforçar a fiscalização da produção e da comercialização de bebidas alcoólicas, em articulação com as autoridades nacionais competentes;
- As Câmaras Municipais devem evitar ou reduzir a promoção de bebidas alcoólicas em eventos festivos (festivais, festas de romaria, etc.), inclusive no que diz respeito à publicidade de bebidas alcoólicas;
- As instituições públicas devem deixar de utilizar bebidas alcoólicas nas cerimónias e atividades financiadas com dinheiro público;
- Os serviços públicos e as empresas privadas devem investir em ações de informação, de formação e de sensibilização dos seus trabalhadores sobre o uso abusivo de bebidas alcoólicas;
- Os serviços públicos e as empresas devem realizar atividades e/ou eventos que propiciem mudanças de comportamento e a adopção de estilos de vida saudáveis, sem recurso ao consumo de bebidas alcoólicas;
- As autoridades municipais e centrais devem estimular a criação de alternativas para as pessoas e as famílias cuja subsistência depende da produção e comercialização de bebidas alcoólicas de modo informal e/ou de baixa qualidade;
- As Câmaras e o Governo devem apoiar e promover boas práticas de prevenção e combate ao uso abusivo de bebidas alcoólicas no País;
- As Câmaras e o Governo devem, em concertação, monitorizar a problemática da produção, comercialização e do uso de bebidas alcoólicas no País e desenvolver planos de acção, em articulação com as estruturas privadas envolvidas na luta contra o consumo abusivo do álcool;
- Os Parceiros devem apoiar e adotar medidas legislativas e administrativas de prevenção e combate ao uso abusivo de bebidas alcoólicas promovidas no âmbito desta campanha e das entidades nacionais competentes nesta matéria.

Cidade de Tarrafal de Santiago, 27 de Outubro de 2017.

Nome de Ficheiro: Declaracao de Tarrafal 27-10-2017.docx
Pasta: /Users/presidenciadarepublicacaboverde/Library/Containers/com.microsoft.Word/Data/Documents
Modelo: /Users/presidenciadarepublicacaboverde/Library/Group Containers/UBF8T346G9.Office/User Content.localized/Templates.localized/Normal.dotm
Título: PLENÁRIA “Menos Álcool, Mais Vida” EM SANTIAGO NORTE/TARRAFAL
27 de Outubro de 2017
Assunto: A descentralização para os Concelhos: o papel das autoridades e dos atores locais na prevenção do uso abusivo do álcool.
Autor: Comissão de Coordenação /Gabinete Técnico da Campanha
Palavras-chave: alcoolismo
Comentários:
Data de Criação: 02/07/18 18:22:00
Número da alteração: 2
Guardado pela última vez em: 02/07/18 18:22:00
Guardado Pela Última Vez Por: Presidencia da Republica Cabo Verde
Tempo total de edição: 1 Minuto
Última impressão: 02/07/18 18:22:00
Como a última impressão completa
Número de páginas: 2
Número de palavras: 709
Número de caracteres: 3 979 (aprox.)